

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Com Gleisi e Padilha, Lula aponta o rumo da estratégia eleitoral

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossou, ontem, os novos ministros Gleisi Hoffmann, na Secretaria de Relações Institucionais, e Alexandre Padilha, na Saúde, em cerimônia no Palácio do Planalto prestigiada pelos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicamos-PB), além de outras lideranças do Congresso.

Dois discursos foram importantes: o de Nísia Trindade, ao passar o cargo ao novo ministro da Saúde, no qual registrou com veemência a campanha misógina que sofreu quando estava à frente da pasta; e o de Gleisi, ao pontuar que vai se empenhar no apoio ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cuja política econômica sempre criticou quando presidia o PT. Padilha fez um discurso cuidadoso com a antecessora, criticou o negacionismo e foi enfático na defesa das campanhas de vacinação.

Entre as prioridades do governo no Congresso, a principal bandeira de Lula, de olho nas eleições de 2026, são as mudanças no Imposto de Renda: a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento para quem recebe mais de R\$ 50 mil, principalmente. A ideia é tirar dos ricos para dar aos mais pobres, cujo objetivo é melhorar o perfil de distribuição de renda e, também, a popularidade do presidente.

Essa é a principal missão de Gleisi neste ano, ao assumir a articulação política do governo, além da tarefa imediata de aprovar o Orçamento da União de 2025. O problema é combinar com senadores e deputados.

A isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, com uma narrativa mais agressiva tanto de Lula quanto de Gleisi, é tangível politicamente, porque o Congresso se sentirá pressionado pela sociedade. Já o aumento da cobrança de impostos para os que ganham acima de R\$ 50 mil, por mais justo que seja socialmente, dificilmente terá apoio parlamentar para ser aprovado. Seria como convidar o peru para a ceia de natal.

Esse é um cenário macroeconômico muito ruim, porque terá impacto negativo na arrecadação do governo federal. A reação do mercado é a projeção de aumento do déficit fiscal em 2026.

PRESIDENTE SONHA COM O FILHO 03 DE BOLSONARO NO 2º TURNO

Padilha administrará um orçamento de R\$ 229,3 bilhões, dos quais R\$ 90,46 bilhões estão empenhados e somente R\$ 30,21 bilhões foram executados até agora, segundo o Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU). A pasta é a mais cobiçada pelo Centrão, por causa das relações entre as políticas do SUS (Sistema Único de Saúde) e os lobbies da indústria farmacêutica e da medicina privada. Padilha é médico e já ocupou esse cargo no governo Dilma.

Frente de esquerda

O sucesso de Padilha pode alavancar a popularidade de Lula e a do próprio ministro, que é potencial candidato ao governo de São Paulo ou ao Senado, em 2026. Seus principais desafios são a falta de medicamentos no sistema, a dengue e os índices insatisfatórios de vacinação da população. Com interface com os governos estaduais e as prefeituras, trata-se do ministério de maior capilaridade do governo.

O governo fala muito em ampliar as relações com o centro político no Congresso, mas as duas mudanças apontam outra direção: a reprodução das alianças com os partidos de esquerda, que levaram Lula ao segundo turno nas eleições de 2022. Faz sentido, porque aliados do Centrão, com queda de popularidade de Lula, estão sinalizando que vão desembarcar do governo no primeiro turno.

O União Brasil, de Davi Alcolumbre, por exemplo, apesar dos três ministérios, tem um pré-candidato à Presidência irremovível — o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, o mais bem avaliado do país. O PSD, do ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab, chefe da Casa Civil do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), também tem três ministérios e um pré-candidato, o governador do Paraná, Ratinho Junior, também muito bem avaliado. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), aliado incondicional de Bolsonaro, quer que seus ministros deixem os cargos.

Há dois cenários eleitorais desenhados para o projeto de reeleição de Lula. O primeiro é a desagregação da oposição, com as candidaturas de Caiado, Ratinho Junior e Romeu Zema (Novo), governador de Minas, além da polarização com o ex-presidente Jair Bolsonaro, que tende a manter sua postulação até ser impugnada — e lançar um representante do clã em seu lugar, provavelmente o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Esse é o melhor cenário para Lula — o filho 03 é o adversário de sua preferência, no segundo turno.

O segundo cenário é o surgimento de uma candidatura que unifique a oposição, com o apoio de Bolsonaro. Essa é a alternativa que está sendo articulada por líderes do PSDB, PSD e MDB para lançar Tarcísio, que resiste e pretende se candidatar à reeleição. Esse é o pior cenário para Lula. Não à toa, o xadrez das suas articulações com o centro se deslocou do Congresso para as candidaturas ao Senado e aos governos estaduais.

CONGRESSO/ Líder do PT afirma que filho de Bolsonaro só preside a comissão da Câmara se tiver documento apreendido para não tramar contra a soberania nacional

Apenas sem passaporte

O deputado Lindbergh Farias (PT), líder da bancada do PT na Câmara, afirmou que o partido só aceita que Eduardo Bolsonaro (PL) presida a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados caso o parlamentar esteja sem passaporte. Segundo publicação feita no X (antigo Twitter), “é inaceitável que ele utilize o Parlamento para continuar com sua campanha atentatória contra a Justiça e os interesses nacionais”.

“Eduardo Bolsonaro não pode ser presidente da Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional da Câmara. Tem utilizado o mandato para conspirar junto à extrema-direita e ao governo de Donald Trump contra o Brasil. É inaceitável que utilize o Parlamento para continuar com sua campanha atentatória contra a Justiça e os interesses nacionais. Vamos resistir de todas as formas contra sua indicação. O que tem feito é crime de lesa-pátria, é traição. Aceitamos qualquer nome, menos o dele. O dele, só se for sem passaporte”, publicou.

O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), havia anunciado que

Eduardo assumiria a presidência da CREDN, comissão responsável por analisar projetos sobre relações diplomáticas e política externa. No entanto, o PT iniciou uma ofensiva para barrar a nomeação.

Pedido à PGR

Lindbergh chegou a pedir à Procuradoria-Geral da República (PGR) a apreensão do passaporte do deputado e uma investigação sobre possíveis crimes que teria cometido. A medida vem após Eduardo articular, com integrantes do governo norte-americano, um projeto

para impedir a entrada do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, nos Estados Unidos.

A liderança das comissões na Câmara é definida conforme o tamanho das bancadas. Como o PL é a maior sigla da Casa, tem a prioridade na escolha. Cada partido indica um deputado para presidir as comissões, e a escolha se dá por meio de votação secreta. Na primeira rodada, é necessário obter mais da metade dos votos. Se não houver decisão, uma segunda votação presencial ocorre e bastará ter mais votos a favor do que contra.

BRASÍLIA



ANOS

Brasília nasceu a partir de um sonho e, 65 anos depois, se mantém como uma referência no que se diz respeito à cultura, história e arquitetura.

Para celebrar o aniversário da cidade, o Correio Braziliense mostra a capital cada vez mais conectada, sustentável e pronta para os desafios do amanhã, mantendo viva a sua essência e as suas tradições.



Faça parte deste projeto!

Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e entre em contato conosco

**CORREIO
BRAZILIENSE**

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO